

IDADE MODERNA (1453-1789)

(Prof. Márcio Pontes – História)

O **Absolutismo** foi um sistema político que, em geral, defendia o poder absoluto do monarca sobre o Estado e foi muito comum a partir do século XVI até meados do século XIX em diversas partes da Europa. Essa forma de governo estava diretamente ligada com o processo de formação dos Estados Nacionais (nações modernas) e com a ascensão da classe mercantil conhecida como burguesia, assim como se relacionava a uma série de outras transformações ocorridas na Europa desde a Baixa Idade Média.

À medida que o Estado Nacional foi consolidando suas fronteiras e demandas e com o surgimento de uma forte classe mercantil, houve a necessidade de um representante que defendesse seus interesses e, assim, o poder passou a ser concentrado na figura do monarca. Diferentemente do que acontecia durante a Idade Média em que o poder do real não era unânime e, por isso, era necessário o auxílio dos nobres para composição do exército, por exemplo, no Absolutismo, o monarca controlava todo o poder na tomada de decisões da nação.

Assim, eram determinadas pelo rei a organização das leis, a criação dos impostos, a delimitação e implantação da justiça etc. Surgiu ainda, nesse período, a burocracia, toda uma estrutura de governo que era responsável pela execução do trabalho administrativo da nação, de forma a auxiliar o rei na administração do Estado recém-criado.

Com a delimitação das fronteiras nacionais, o Absolutismo contribuiu para a diminuição das diferenças culturais locais, ou seja, houve uma padronização. Assim, uma só moeda foi implantada e um só idioma foi escolhido para toda a nação. Com o fortalecimento do comércio, foi criada uma série de impostos para a sua regulação, além de impostos alfandegários para a defesa da economia interna.

A partir desses impostos, o rei pôde montar um exército permanente que ficava a seu serviço na defesa interna, em casos de rebeliões, e na defesa externa, em casos de conflitos. Além disso, do ponto de vista religioso, o poder real foi visto como uma escolha direta de Deus, portanto, indiscutível.

O Absolutismo não possuía, entretanto, características homogêneas e apresentava também suas particularidades em diferentes locais. Dessa forma, destacaram-se três modelos desse sistema político: o francês, o inglês e o espanhol. O rei francês Luís XIV foi o melhor exemplo de aplicação do poder Absolutismo.

À medida que o poder real era fortalecido, uma série de teóricos escreveram sobre a justificativa do poder absoluto. Entre eles, destacaram-se Nicolau Maquiavel, Thomas Hobbes, Jacques Bossuet.

Nicolau Maquiavel, em seu *O Príncipe*, justificou o uso da violência para manter o controle sobre a população, pois defendia a ideia de que “os fins justificariam os meios” e afirmava que mais valia para o rei ser temido que amado. Em *O Leviatã*, Thomas Hobbes argumentou que o poder real era necessário para colocar a ordem no mundo. Esse teórico defendeu a teoria de que, antes do poder absoluto do rei, a Europa vivia em um estado de caos no qual a violência predominava, pois, segundo Hobbes, o homem era mau por natureza, logo, somente o poder absoluto do rei seria capaz de colocar tudo em ordem. Jacques Bossuet, em seu *A política retirada da escritura sagrada*, justificou que o poder do rei procedia de Deus, sendo assim, contestar o poder real seria o mesmo que contestar ao próprio Deus.

O Absolutismo deixou de existir como forma de governo por volta do século XIX, uma vez que já era contestado pelos ideais iluministas. A Revolução Francesa e as mudanças que surgiram a partir dela contribuíram para o fim dessa forma de governo em toda a Europa. Tais mudanças buscavam a descentralização do poder, ou seja, o oposto do que era defendido até então, como também questionavam a teoria da vontade divina do poder real, pois o Iluminismo defendia a racionalização do pensamento humano.

ILUMINISMO

O iluminismo foi um movimento intelectual que começou na Europa a partir do século XVII e ganhou força no século XVIII. A França é considerada o país que liderou intelectualmente o iluminismo europeu. Tinha como principais características a valorização da razão, considerada o mais importante instrumento para se conseguir qualquer tipo de conhecimento.

Para os filósofos, o pensamento era a única luz capaz de iluminar as “trevas” (antigo regime). Os pensadores de grande reconhecimento dessa época foram René Descartes, Montesquieu, Voltaire, Jacques Rousseau, Denis Diderot, Adam Smith, etc. Foi um momento de contestar os ideais religiosos que eram predominantes na época, além da economia e política, provocando mudanças sociais e culturais.

Chamado de “século das luzes”, o iluminismo trouxe ideias voltadas à razão para deslegitimar o modelo de estado predominante na época. Seu ideal era defender a liberdade, progresso, tolerância, fraternidade, governo constitucional e afastamento entre igreja e estado.

Junto com o iluminismo, a Revolução Industrial abriu caminhos para a grande mudança política determinada pela Revolução Francesa. O matemático francês René Descartes (1596-1650), considerado o pai do racionalismo, foi um dos precursores desse movimento.

Em sua obra “Discurso do método”, que repercutiu na época, Descartes convida as pessoas a questionarem tudo o quanto for possível para se chegar à verdade. Para ele, somente através da dúvida é possível compreender o mundo.

No final do século XVII e na primeira metade do século XVIII, a influência dominante sobre a ideologia do iluminismo veio das percepções mecanicistas (doutrina segundo a qual os seres vivos são analisados ou entendidos a partir de uma sucessão de causas). Neste âmbito, o filósofo da natureza mais influente foi o físico inglês Isaac Newton.

Contudo, na metade do século XVIII os iluministas iam se afastando pouco a pouco das ideias mecanicistas e começaram a se aproximar das teorias vitalistas. As teorias sociais e filosóficas desenvolvidas na segunda metade do século XVIII, por autores que contribuíram com o iluminismo como Denis Diderot e Johann Gottfried von Herder, entre muitos outros, tiveram grande influência das obras de naturalistas Johann Friedrich Blumenbach (classificou o ser humano em raças).

Algumas literaturas colocam o Iluminismo como uma escola filosófica, mas não existia somente um movimento. Pensadores e cientistas de áreas distintas colaboraram para as mudanças de pensamento estabelecidos pela época. Foi um momento de mentes brilhantes pesquisarem, escreverem e divulgarem suas descobertas e teorias.

O iluminismo desempenhou grande influência sobre o aspecto político e intelectual de boa parte dos países ocidentais. Algumas mudanças políticas importantes aconteceram, bem como a implantação e formação de estados-nação, a ampliação de direitos civis, além da diminuição do poder da igreja. As ideias dos iluministas espalharam-se com rapidez pela sociedade. Até os reis absolutistas, na época, receosos de perderem seu posto, passaram a adotar algumas ideias do iluminismo. Esses reis eram chamados de Déspotas Esclarecidos, pois tentavam conciliar a maneira absolutista de governar com as ideias de avanço iluministas.

- A razão é considerada uma fonte legítima para o alcance de todo tipo de conhecimento;
- Faz-se imprescindível os questionamentos, investigações para fomentar o conhecimento da sociedade, política e economia;
- Alguns pensadores acreditam na natureza, de forma que ela seja capaz de explicar o comportamento humano e a sociedade;
- Crítica ao absolutismo, mercantilismo e as vantagens da nobreza e da igreja;
- Defendem a liberdade política, econômica e a igualdade de todos conforme as leis;

Crítica ao mercantilismo

O absolutismo foi intensamente atacado pelo iluminismo. O mercantilismo, modelo econômico do período, também foi censurado e novas propostas mais harmônicas e igualitárias surgiram com a nova realidade do capitalismo. Os fisiocratas foram os primeiros a indagar o mercantilismo. Para eles, a riqueza advinha da natureza, mais especificamente da agricultura e da pecuária. O comércio, portanto, não passava de uma troca de riquezas. Além disso, os fisiocratas eram contra a intervenção do estado na economia. A fisiocracia inspirou pensadores como Adam Smith, considerado o pai da economia clássica. Um dos principais pensadores da escola fisiocrata foi o médico François Quesnay.

O iluminismo e a ciência

A ciência ia se afastando da obrigação de agradar a igreja e começou a se desenvolver em muitas áreas para ganhar espaço e conquistar mais pensadores da época. Novas descobertas e invenções tomaram conta do continente. Os progressos científicos desenvolvidos no período do iluminismo permitiam que os homens tivessem acesso às informações desde o detalhamento da órbita dos planetas, bem como a descoberta da pressão atmosférica, além da circulação do sangue.

A Astronomia foi uma área de grandes revelações científicas. O já citado Isaac Newton organizou um modelo novo para explicar o universo. Newton detalhou a posição e a órbita de muitos corpos siderais, além disso, o cientista divulgou a lei da gravidade universal. Também contribuiu para os progressos na área do cálculo e pela decomposição da luz.

Foi imprescindível expandir o campo de visão do homem. Por isso, os holandeses foram responsáveis por essa parte, descobriram que a aproximação de várias lentes aumentava bastante a capacidade da visão humana. Essa descoberta permitiu que Robert Hooke construísse o primeiro microscópio, que ampliava até 40 vezes pequenos objetos.

Na área da química, pode-se citar Antoine Lavoisier, reconhecido pelo primor com o qual realizava seus experimentos. Essa particularidade ajudou o químico a provar que a matéria, embora mudasse de estado por conta de reações químicas, sua quantidade não é alterada.

Além desses avanços, as pesquisas científicas não pararam por aí. Houve a descoberta da eletricidade, o invento da primeira máquina de calcular, a descoberta dos protozoários e das bactérias, etc. Os cientistas foram fundamentais para os avanços técnicos que resultaram na Revolução Industrial.

Principais iluministas

John Locke foi um filósofo inglês que não acreditava na ideia de que Deus decidia o destino dos homens e defendia que a sociedade que os moldava para o bem ou para o mal.

Considerado o "pai do liberalismo", John Locke foi um dos grandes representantes do iluminismo.

Montesquieu foi um filósofo francês que defendia a ideia de que o poder deveria estar dividido em três esferas: legislativo, executivo e judiciário. O pensador teve forte influência sobre os textos constitucionais modernos. Sua obra mais importante foi "Do Espírito das Leis".

Voltaire foi um filósofo francês que defendia as liberdades individuais acima de tudo. Acreditada que para ter contato com Deus não era necessário ir até à igreja, e sim utilizar a razão. Entre as obras mais importantes estão: "Ensaio sobre os costumes"; "Dicionário Filosófico" e "Cartas Inglesas".

Rousseau foi um filósofo suíço que lutava pela participação do povo no governo através da eleição. Era a favor das reformas sociais e fazia críticas à nobreza e à burguesia. A publicação de maior destaque foi "Do Contrato Social".

Adam Smith foi um grande economista e filósofo escocês. Ele defendia o fim dos monopólios, da concentração de poder na mão do rei e da igreja, além da política mercantilista. Sua obra de maior reconhecimento foi "A Riqueza das Nações".

Denis Diderot foi um filósofo e escritor francês de grande reconhecimento no período Iluminista. É conhecido por ter feito a Encyclopédie, junto com Jean le Rond d'Alembert, que reunia as descobertas científicas da época.

A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

A Revolução industrial foi um conjunto de mudanças que aconteceram na Europa nos séculos XVIII e XIX. A principal particularidade dessa revolução foi a substituição do trabalho artesanal pelo assalariado e com o uso das máquinas.

Até o final do século XVIII a maioria da população europeia vivia no campo e produzia o que consumia. De maneira artesanal o produtor dominava todo o processo produtivo.

Apesar de a produção ser predominantemente artesanal, países como a França e a Inglaterra, possuíam manufaturas. As manufaturas eram grandes oficinas onde diversos artesãos realizavam as tarefas manualmente, entretanto subordinados ao proprietário da manufatura.

A Inglaterra foi precursora na Revolução Industrial devido a diversos fatores, entre eles: possuir uma rica burguesia, o fato do país possuir a mais importante zona de livre comércio da Europa, o êxodo rural e a localização privilegiada junto ao mar o que facilitava a exploração dos mercados ultramarinos.

Como muitos empresários ambicionavam lucrar mais, o operário era explorado sendo forçado a trabalhar até 15 horas por dia em troca de um salário baixo. Além disso, mulheres e crianças também eram obrigadas a trabalhar para sustentarem suas famílias.

Diante disso, alguns trabalhadores se revoltaram com as péssimas condições de trabalho oferecidas, e começaram a sabotar as máquinas, ficando conhecidos como "os quebradores de máquinas". Outros movimentos também surgiram nessa época com o objetivo de defender o trabalhador.

O trabalhador em razão deste processo perdeu o conhecimento de toda a técnica de fabricação passando a executar apenas uma etapa.

A Primeira etapa da Revolução Industrial

Entre 1760 a 1860, a Revolução Industrial ficou limitada, primeiramente, à Inglaterra. Houve o aparecimento de indústrias de tecidos de algodão, com o uso do tear mecânico. Nessa época o aprimoramento das máquinas a vapor contribuiu para a continuação da Revolução.

A Segunda Etapa da Revolução Industrial

A segunda etapa ocorreu no período de 1860 a 1900, ao contrário da primeira fase, países como Alemanha, França, Rússia e Itália também se industrializaram. O emprego do aço, a utilização da energia elétrica e dos combustíveis derivados do petróleo, a invenção do motor a explosão, da locomotiva a vapor e o desenvolvimento de produtos químicos foram as principais inovações desse período.

A Terceira Etapa da Revolução Industrial

Alguns historiadores têm considerado os avanços tecnológicos do século XX e XXI como a terceira etapa da Revolução Industrial. O computador, o fax, a engenharia genética, o celular seriam algumas das inovações dessa época.

A REVOLUÇÃO FRANCESA

A Revolução Francesa, iniciada no dia 17 de junho de 1789, foi um movimento impulsionado pela burguesia e que contou com uma importante participação dos camponeses e das massas urbanas que viviam na miséria.

Em 14 de julho de 1789, a massa urbana de Paris tomou a prisão da Bastilha desencadeando profundas mudanças no governo francês.

No final do século XVIII, a França era um país agrário, com a produção estruturada no modelo feudal. Para a burguesia e parte da nobreza era preciso acabar com o poder absoluto do rei Luís XVI, cujo reinado teria arruinado a economia francesa.

Enquanto isso, do outro lado do Canal da Mancha, a Inglaterra, sua rival, desenvolvia o processo de Revolução Industrial.

Fases da Revolução Francesa

Para fins de estudo dividimos a Revolução Francesa em três fases:

Primeira fase (1789-1792): Monarquia Constitucional;

Segunda fase (1792-1794): Convenção - 1792/1793 e Terror;

Terceira fase (1794-1799): Diretório.

Causas

A burguesia francesa, preocupada em desenvolver a indústria no país, tinha como objetivo destruir as barreiras que restringiam a liberdade de comércio internacional. Desta forma, era preciso que se adotasse na França, segundo a burguesia, o liberalismo econômico.

A burguesia exigia também a garantia de seus direitos políticos, pois era ela quem sustentava o Estado, posto que o clero e a nobreza estavam livres de pagar impostos.

Apesar de ser a classe social economicamente dominante, sua posição política e jurídica era limitada em relação ao Primeiro e ao Segundo Estados.

Crise Econômica e Política

A crítica situação econômica, às vésperas da revolução de 1789, exigia reformas urgentes e gerava uma grave crise política.

Pressionado pela crise, o rei Luís XVI convoca os Estados Gerais, uma assembleia formada pelas três divisões da sociedade francesa:

Primeiro Estado - composto pelo clero;

Segundo Estado - formado pela nobreza;

Terceiro Estado - composto por todos aqueles que não pertenciam ao Primeiro nem ao Segundo Estado, no qual se destacava a burguesia.

O Terceiro Estado, mais numeroso, pressionava para que as votações das leis fossem individuais e não por Estado. Somente assim, o Terceiro Estado poderia passar normas que os favorecessem.

No entanto, o Primeiro e o Segundo Estado recusaram esta proposta e as votações continuaram a ser realizadas por Estado.

Desta forma, reunidos no Palácio de Versalhes, o Terceiro Estado e parte do Primeiro Estado (baixo clero) se separam da Assembleia.

Em seguida, declaram-se representantes da nação, formando a Assembleia Nacional Constituinte e jurando permanecer reunidos até que ficasse pronta a Constituição.



Revolução Francesa - "O juramento na Sala de Jogo de Paume", de Jean-Louis David, ilustra a união entre parte do Segundo Estado e o Terceiro.

Monarquia Constitucional (1789-1792)

No dia 26 de agosto de 1789 foi aprovada pela Assembleia a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.

Esta Declaração assegurava os princípios da liberdade, da igualdade, da fraternidade ("Liberté, égalité, fraternité" - lema da Revolução), além do direito à propriedade.

A recusa do rei Luís XVI em aprovar a Declaração provoca novas manifestações populares. Os bens do clero foram confiscados e muitos padres e nobres fugiram para outros países. A instabilidade na França era grande.

A Constituição ficou pronta em setembro de 1791. Dentre os muitos artigos podemos destacar:

- o governo foi transformado em monarquia constitucional;
- o poder executivo caberia ao rei, limitado pelo legislativo, constituído pela Assembleia;
- os deputados teriam mandato de dois anos;
- o voto não teria caráter universal: só seria eleitor quem tivesse uma renda mínima (voto censitário);
- suprimiu-se os privilégios e as antigas ordens sociais;
- confirmou-se a abolição da servidão e a nacionalização dos bens eclesiásticos;
- manteve-se a escravidão nas colônias.

Em dez anos, de 1789 a 1799, a França passou por profundas modificações políticas, sociais e econômicas.

A aristocracia do Antigo Regime perdeu seus privilégios, libertando os camponeses dos antigos laços que os prendiam aos nobres e ao clero.

Desapareceram as amarras feudais que limitavam as atividades da burguesia, e criou-se um mercado de dimensão nacional.

A Revolução Francesa foi a alavanca que levou a França do estágio feudal para o capitalista e mostrou que a população era capaz de condenar um rei.

Igualmente, instalou a separação de poderes e a Constituição, uma herança deixada para várias nações do mundo.

Em 1799, a alta burguesia aliou-se ao general Napoleão Bonaparte, que foi convidado a fazer parte do governo.

Sua missão era recuperar a ordem e a estabilidade do país, proteger a riqueza da burguesia e salvá-los das manifestações populares.

Por volta de 1803 têm início as Guerras Napoleônicas, conflitos revolucionários imbuídos dos ideais da Revolução Francesa que teve como protagonista Napoleão Bonaparte.